

II CURSO INTENSIVO DE PROCEDIMENTO E PROCESSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

(PREPARAÇÃO PARA O CONCURSO DE INGRESSO NO CEJ)

Coordenadores

Prof. Doutora Clotilde Celorico Palma/Prof. Doutor Francisco Paes Marques

Assessor Científico

Dr. José Duarte Coimbra

APRESENTAÇÃO

Por Despacho do passado dia 28 de novembro de 2018, a Ministra da Justiça autorizou a abertura de três concursos de ingresso no Centro de Estudos Judiciários, um dos quais para o preenchimento de 25 vagas para a magistratura dos Tribunais Administrativos e Fiscais, na sequência do qual foi já publicado o Aviso n.º 19402/2018, de 31 de dezembro, que estabelece os requisitos e as regras de acesso ao referido concurso, seja pela “via profissional”, seja pela “via académica”, e cuja primeira prova escrita se realizará, previsivelmente, já no próximo dia 16 de fevereiro.

É o que justifica que o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa voltem a organizar mais uma edição do *Curso Intensivo de Procedimento e Processo Administrativo e Tributário*, especificamente pensado e delineado para a preparação daquele Concurso, beneficiando dos frutos e da experiência já acumulada no *Curso Intensivo* realizado por ocasião do Concurso de 2018, assim como em Cursos e Pós-Graduações em matéria de Justiça Administrativa e Tributária que vêm realizando ao longo dos anos.

Em horário pós-laboral e organizado sob a forma de sessões intensivas (às 3.^{as}, 4.^{as} e 5.^{as}), o Curso procurará oferecer uma visão transversal, mas ao mesmo tempo profunda, dos conceitos e institutos centrais de Direito Administrativo e Tributário e, em particular, dos sistemas de tutela contenciosa atualmente em vigor na jurisdição administrativa e fiscal. Para além de, em conjunto, cobrirem a integralidade dos tópicos programáticos normalmente incluídos nas provas de acesso, as sessões do Curso terão ainda a preocupação de dotar os alunos das ferramentas — teóricas e práticas — indispensáveis para a resolução dos exercícios (escritos e orais) tradicionalmente realizados no âmbito dos concursos de ingresso no CEJ na área administrativa e tributária.

Embora primariamente destinado aos alunos e profissionais que tencionem realizar os exames de ingresso no CEJ nos próximos meses, o Curso encontra-se naturalmente aberto a todos aqueles que, por motivos profissionais ou académicos, desejem atualizar os seus conhecimentos de Procedimento e Processo Administrativo e Tributário.

DURAÇÃO E HORÁRIO

56 horas letivas, repartidas por 14 sessões (4h) em horário pós-laboral, de 15 de janeiro a 13 de fevereiro de 2018, sendo admitida a inscrição e frequência global ou separada em cada um dos módulos de Procedimento e Processo Administrativo (7 sessões)/Procedimento e Processo Tributário (7 sessões).

As aulas decorrem na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, às 3.^{as} e 5.^{as} (18h-22h).

NÚMERO DE VAGAS

Máximo de 30 participantes (admitidos segundo ordem de inscrição).

PROPINA

- Curso completo (14 sessões × 4h): € 850
- Módulos separados (7 sessões × 4h): € 500

Propina reduzida para estudantes da FDUL (licenciatura, mestrado ou doutoramento) inscritos no presente ano letivo 2018-2019 ou no anterior 2017-2018: €650 (curso completo) e €450 (módulos separados).

CERTIFICADOS

Será emitido um **Certificado de Frequência** aos alunos que tenham estado presentes em, no mínimo, três quartos das sessões correspondentes ao módulo ou módulos em que estejam inscritos.

INSCRIÇÕES

- Inscrições *online* **até ao dia 15 de janeiro**: através do botão respetivo, no menu vermelho, acima nesta página.
- Não necessita enviar comprovativo dos pagamentos multibanco feitos na sequência da inscrição *online*, pois eles são enviados diretamente pela rede.
- As inscrições ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento.
- As entidades que necessitem de emissão prévia de fatura, deverão contactar o secretariado do ICJP, após efetuarem a inscrição *online*, onde deverão selecionar a modalidade de pagamento por transferência bancária. No caso de múltiplas inscrições regularizadas com um único pagamento, quando do envio do comprovativo, deverão ser identificadas as inscrições a que o mesmo diz respeito.

Contactos

Dra. Telma Oliveira, de 2.^a a 6.^a, 11h00-13h30 e 14h30-19h00.

Telefone: 217820265 – Telemóvel: 933469330 – e-mail: icjp@fd.ulisboa.pt

Programa (I): Módulo de Procedimento e Processo Administrativo

| Data/Hora | Tema(s) / Docente(s) |
|-----------|---|
| 15.01/18h | <p style="text-align: center;">Procedimento Administrativo I</p> <ul style="list-style-type: none"> • Função administrativa e Direito Administrativo <ul style="list-style-type: none"> ▪ Função administrativa e formas de atuação administrativa ▪ Direito Administrativo: características e sistema de fontes ▪ Organização administrativa: estruturas fundamentais da Administração Pública portuguesa • Os princípios gerais da atividade administrativa <ul style="list-style-type: none"> ▪ Princípios gerais da atividade administrativa (legalidade e discricionariedade administrativa; interesse público e boa administração; justiça e razoabilidade; imparcialidade; boa fé; colaboração com os particulares; participação; princípio da decisão; administração aberta e proteção de dados pessoais; cooperação leal com a União Europeia) • O CPA e o regime comum do procedimento administrativo <ul style="list-style-type: none"> ▪ A procedimentalização da atividade administrativa e o âmbito de aplicação do CPA ▪ Princípios específicos e fases gerais do procedimento administrativo ▪ Os sujeitos procedimentais (interessados e títulos de legitimidade; o responsável pela direção do procedimento; garantias de imparcialidade) ▪ Acordos endoprocedimentais; auxílio administrativo; conferências procedimentais ▪ Utilização de meios eletrónicos; direito à informação; prazos ▪ Medidas provisórias; pareceres; extinção do procedimento <p>DOCENTES: TIAGO FIDALGO DE FREITAS</p> |
| 16.01/18h | <p style="text-align: center;">Procedimento Administrativo II</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantias administrativas <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aspectos gerais (garantias impugnatórias e petições; garantias facultativas e necessárias; regime geral; efeitos e implicações processuais) ▪ Aspectos particulares (reclamação; recurso hierárquico; recursos administrativos especiais) • Responsabilidade <ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública e dos seus agentes (fontes; âmbito; tipos de responsabilidade; ilicitude; culpa; imputação) ▪ Estatuto disciplinar das relações de trabalho em funções públicas (garantias; deveres e sujeições gerais dos trabalhadores em funções públicas; sanções disciplinares e procedimento disciplinar) • Introdução ao Direito dos Contratos Públicos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Noções gerais; âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos ▪ Tipos de procedimentos e regras procedimentais gerais <p>DOCENTE: MARCO CALDEIRA</p> |

| | |
|------------------|---|
| <p>17.01/18h</p> | <p style="text-align: center;">Procedimento Administrativo III</p> <ul style="list-style-type: none"> • Regulamento administrativo <ul style="list-style-type: none"> • Noções gerais (conceito e tipos; relações com a lei; conflitos entre regulamentos) • Regime procedimental (iniciativa; preparação do regulamento e início do procedimento; audiência dos interessados; consulta pública) • Regime substantivo (eficácia; invalidade; caducidade; revogação) • Ato administrativo <ul style="list-style-type: none"> • Noções gerais (conceito e tipos; forma, conteúdo e dever de fundamentação) • Regime procedimental (iniciativa; instrução; audiência prévia; decisão) • Regime substantivo (forma e fundamentação; eficácia; invalidade; revogação e anulação administrativas; execução) • Introdução ao Direito do Urbanismo <ul style="list-style-type: none"> • Planeamento e instrumentos de gestão territorial • Operações urbanísticas: controlo prévio e medidas de controlo • Contraordenações urbanísticas <p>DOCENTES: TIAGO SERRÃO/DIOGO CALADO</p> |
| <p>22.01/18h</p> | <p style="text-align: center;">Processo Administrativo I</p> <ul style="list-style-type: none"> • Jurisdição e competência dos tribunais administrativos <ul style="list-style-type: none"> • Âmbito da jurisdição administrativa e conflitos de competência jurisdicional • Organização, funcionamento e regras de competência dos tribunais administrativos • Princípios gerais <ul style="list-style-type: none"> • Princípios estruturais do processo administrativo • Aplicação subsidiária da lei processual civil • As partes <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade e personalidade judiciárias • Legitimidade processual • Ação popular, ação pública e intervenção do Ministério Público • Patrocínio forense e representação judiciária <p>DOCENTES: FRANCISCO PAES MARQUES/JOSÉ DUARTE COIMBRA</p> |
| <p>23.01/18h</p> | <p style="text-align: center;">Processo Administrativo II</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formas de processo e meios processuais <ul style="list-style-type: none"> • A organização das formas e dos meios processuais no Processo Administrativo • Cumulação de pedidos, apensação de processos e seleção de processos com andamento prioritário • Valor das causas e custas processuais • Ação administrativa <ul style="list-style-type: none"> • Âmbito e regras gerais • Ação de impugnação de atos administrativos • Ação de condenação à prática de atos administrativos devidos • Ações sobre regulamentos • Ações sobre contratos • Outras pretensões <p>DOCENTE: FRANCISCO PAES MARQUES</p> |

| | |
|-----------|---|
| 24.01/18h | <p style="text-align: center;">Processo Administrativo III</p> <ul style="list-style-type: none">• Tramitação da ação administrativa<ul style="list-style-type: none">▪ Articulados (petição inicial; contestação e envio do processo administrativo; réplica e tréplica; articulados supervenientes)▪ Saneamento e condensação (despacho pré-saneador; audiência prévia; despacho saneador)▪ Instrução (temas da prova; meios de prova)▪ Audiência final e alegações▪ Julgamento (forma e objeto do julgamento; conteúdo e estrutura das sentenças administrativas)• Recursos jurisdicionais<ul style="list-style-type: none">▪ Regras gerais▪ Recursos ordinários (apelação e revista)▪ Recursos extraordinários (uniformização de jurisprudência e revisão)• Meios processuais extravagantes<ul style="list-style-type: none">▪ As ações especiais no domínio urbanístico▪ O contencioso da nacionalidade▪ O contencioso do asilo e da proteção internacional <p>DOCENTE: JOSÉ DUARTE COIMBRA</p> |
| 29.01/18h | <p style="text-align: center;">Processo Administrativo IV</p> <ul style="list-style-type: none">• Tutela principal urgente<ul style="list-style-type: none">▪ Contencioso eleitoral▪ Contencioso dos procedimentos de massa▪ Contencioso pré-contratual▪ Intimação para a prestação de informações▪ Intimação para a proteção de direitos, liberdades e garantias• Tutela cautelar<ul style="list-style-type: none">▪ Aspectos gerais (âmbito da tutela cautelar; características e critérios de decretamento das providências cautelares; tramitação; antecipação da decisão da causa principal)▪ Aspectos particulares (suspensão da eficácia de atos e normas; decretamento provisório; providências relativas à formação de contratos; regulação provisória de quantias)• Tutela executiva<ul style="list-style-type: none">▪ Aspectos gerais▪ Aspectos particulares (execução para a prestação de factos ou de coisas; execução para pagamento de quantia certa; execução de sentenças de anulação de atos administrativos) <p>DOCENTE: JORGE PAÇÃO</p> |

Programa (II): Módulo de Procedimento e Processo Tributário

| Data/Hora | Tema(s) / Docente(s) |
|-----------|--|
| 30.01/18h | <p style="text-align: center;">Procedimento Tributário I</p> <ul style="list-style-type: none"> • Princípios gerais <ul style="list-style-type: none"> ▪ Procedimento tributário versus processo judicial tributário ▪ A relação jurídica tributária: constituição, modificação e extinção da obrigação tributária ▪ Os princípios da legalidade, proporcionalidade, contraditório e da verdade material • Procedimento de liquidação <ul style="list-style-type: none"> ▪ As obrigações declarativas e o procedimento de inspeção tributária ▪ A liquidação administrativa, oficiosa e corretiva ▪ O dever de fundamentação e o procedimento de notificação ▪ Prazo de caducidade e causas de suspensão <p>DOCENTE: ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA</p> |
| 31.01/18h | <p style="text-align: center;">Procedimento Tributário II</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procedimento de avaliação dos bens patrimoniais <ul style="list-style-type: none"> ▪ Procedimento de avaliação dos imóveis ▪ Pressupostos e critérios de avaliação ▪ A impugnação dos erros de inscrição nas matrizes prediais ▪ Impugnação da decisão de avaliação • Meios de impugnação administrativa <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pressupostos procedimentais e regras de competência ▪ Natureza facultativa ou necessária ▪ Efeitos sobre o processo de cobrança; requisitos e extensão da garantia ▪ O procedimento de reclamação graciosa ▪ O procedimento de recurso hierárquico ▪ O pedido de revisão do ato tributário <p>DOCENTE: VASCO MATIAS VALDEZ</p> |
| 5.02/18h | <p style="text-align: center;">Procedimento Tributário III</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da matéria tributável <ul style="list-style-type: none"> ▪ Os sistemas de avaliações da matéria tributável (avaliação direta indireta e avaliação indireta) ▪ A tributação através de manifestação de fortuna e acréscimos patrimoniais ▪ A derrogação do sigilo bancário ▪ As cláusulas antiabuso ▪ Negócios jurídicos ineficazes • Responsabilidade tributária <ul style="list-style-type: none"> ▪ Natureza e pressupostos ▪ Responsabilidade originária versus responsabilidade solidária ▪ A efetivação da responsabilidade subsidiária ▪ Pressupostos objetivos e subjetivos da reversão da execução fiscal ▪ O benefício da execução prévia <p>DOCENTE: VASCO MATIAS VALDEZ</p> |

| | |
|----------|--|
| 6.02/18h | <p style="text-align: center;">Processo Tributário I</p> <ul style="list-style-type: none">• Processo judicial tributário<ul style="list-style-type: none">▪ O âmbito e objeto▪ As regras de competência e graus de jurisdição▪ Os agentes processuais▪ A arguição de nulidades▪ Os pressupostos processuais• Impugnação judicial<ul style="list-style-type: none">▪ Os requisitos e estrutura da petição inicial▪ A causa de pedir e o pedido▪ A cumulação de pedidos e coligação de autores▪ Processo administrativo e contestação da Fazenda Pública▪ Os meios de prova▪ A sentença judicial <p>DOCENTE: ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA</p> |
| 7.02/18h | <p style="text-align: center;">Processo Tributário II</p> <ul style="list-style-type: none">• Processo de execução fiscal<ul style="list-style-type: none">▪ O âmbito e objeto▪ A citação do executado e demais interessados▪ Nulidade e falta de citação▪ Âmbito e extensão da penhora de bens▪ Credores preferentes e graduação de créditos▪ Venda de bens e extinção da execução▪ Formas de extinção da dívida tributária• As providências cautelares<ul style="list-style-type: none">▪ Âmbito e natureza▪ O Arresto de bens▪ O arrolamento documentos e bens▪ As providências cautelares a favor do sujeito passivo <p>DOCENTE: JESUÍNO ALCÂNTARA MARTINS</p> |

| | |
|-----------|---|
| 12.02/18h | <p style="text-align: center;">Processo Tributário III</p> <ul style="list-style-type: none">• Oposição judicial<ul style="list-style-type: none">▪ O âmbito e objeto▪ Os fundamentos e pedido▪ A apensação de processos▪ A revogação do ato pelo órgão de execução fiscal▪ A arguição da ilegalidade na oposição judicial• Embargos de terceiro<ul style="list-style-type: none">▪ O âmbito e objeto▪ Legitimidade e prazos• Reclamação dos atos do órgão da execução fiscal<ul style="list-style-type: none">▪ A natureza, objeto e efeitos▪ As regras de legitimidade e prazos▪ O prejuízo irreparável <p>DOCENTE: JESUÍNO ALCÂNTARA MARTINS</p> |
| 13.02/18h | <p style="text-align: center;">Processo Tributário IV</p> <ul style="list-style-type: none">• Meios processuais acessórios<ul style="list-style-type: none">▪ A intimação para um comportamento▪ A intimação para consulta de documentos e passagem de certidão▪ A execução de julgados• Recursos jurisdicionais<ul style="list-style-type: none">▪ O regime e regras de competência▪ Legitimidade e prazos <p>DOCENTE: JESUÍNO ALCÂNTARA MARTINS</p> |